

*Brasília, 02 de março de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Folha de S. Paulo

Domingo, 01 de março de 2026 | Patentes

**Farmacêuticas brasileiras buscam na Índia tecnologia para canetas emagrecedoras ..... 3**

Domingo, 01 de março de 2026 | Entidades

**A segurança e a inovação de vacinas no Brasil ..... 5**

## R7

Sábado, 28 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Fim da patente do Ozempic pode abrir caminho para genéricos no Brasil ..... 7**

## Congresso em Foco

Sábado, 28 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Perda da patente da polilaminina motiva projeto "Lei Tatiana Sampaio" ..... 8**

# Farmacêuticas brasileiras buscam na Índia tecnologia para canetas emagrecedoras



Fábrica da Biommm em Nova Lima (MG), que produz insulina análoga para tratamento de diabetes. Divulgação Biommm

NOVA DÉLI - De olho no fim da **patente** do Ozempic em março de 2026, as farmacêuticas brasileiras Biommm e Amoveri acompanharam a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Nova Déli, na Índia, para firmar acordos de **transferência de tecnologia** voltados à produção nacional de canetas emagrecedoras.

As companhias participaram da missão com o endosso do Ministério da Saúde. Segundo o ministro Alexandre Padilha, o Brasil precisa dominar a tecnologia para, em seguida, derrubar os preços desses medicamentos e disponibilizá-los à população, uma vez que atuam no tratamento de diversas doenças, como diabetes e obesidade.

"Você ter vários produtores no Brasil, produzindo no Brasil, isso é o que pode permitir e garantir o acesso de fato à população. Então, o principal momento é esse", disse o ministro na capital indiana.

Hoje, no Brasil, uma caixa de Ozempic na dose de entrada para o tratamento, de 0,25 mg, custa cerca de R\$ 1.000.

A Biommm assinou um acordo com a Biocon, enquanto a Amoveri Farma obterá a tecnologia da far-

macêutica Syrus.

Com o fim da patente se aproximando, em agosto do ano passado a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) publicou um edital de chamamento em que afirmou que daria prioridade a empresas com pedidos de registro da semaglutida, princípio ativo do Ozempic e do Wegovy, e da liraglutida, princípio ativo do Saxenda.

O objetivo principal é abastecer o mercado brasileiro, uma vez que a agência identificou instabilidade na oferta desses fármacos. O edital também atende a uma solicitação do Ministério da Saúde, que destacou a necessidade de internalização da tecnologia para a fabricação nacional, segundo a Anvisa.

As medidas da pasta em relação às canetas emagrecedoras seguem, conforme Padilha, um debate liderado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre o papel desses medicamentos como aliados no enfrentamento à obesidade, por meio de reduções de preço e estímulo à produção para ampliar o acesso.

O ministro se refere às diretrizes publicadas pela organização em dezembro de 2023 a respeito dos fármacos do tipo GLP-1, tecnologia por trás das canetas. No documento, a entidade afirma que os medicamentos podem ser usados para auxiliar pessoas que vivem com obesidade como parte de uma abordagem que inclui dieta saudável, atividade física e acompanhamento profissional.

O texto destaca ainda a importância do acesso equitativo às terapias e da preparação dos sistemas de saúde para sua utilização.



Fábrica da Biommm em Nova Lima (MG), que produz insulina análoga para tratamento de diabetes.

Além das tratativas para a produção das canetas emagrecedoras, empresários e integrantes do governo brasileiro aproveitaram a viagem à Índia para discutir como diminuir o déficit de insumos, entre eles o IFA (Insumo Farmacêutico Ativo), no Brasil e trazer a tecnologia indiana para a indústria nacional.

Estimativas apontam que o Brasil produz apenas 5% do material que precisa na indústria, tendo a China, líder mundial, e a Índia como principais fontes.

O objetivo é estabelecer **transferência de tecnologia** para necessidades estratégicas do SUS (Sistema Único de Saúde), como medicamentos, vacinas e biotecnológicos.

Segundo Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo Farma Brasil, que representa farmacêuticas, uma

das vulnerabilidades que o Brasil tem de enfrentar é a falta de IFAs. "Com esses insumos importados produzidos no Brasil, significa que está produzindo medicamentos de grande qualidade, baratos para os brasileiros", declarou.

"As empresas têm ido sistematicamente à Índia, à China, obviamente também à Europa e aos Estados Unidos, sempre na busca de oferecer aos brasileiros medicamentos cada vez melhores e que ampliem o acesso da população."

O déficit de IFAs foi um dos principais gargalos no Brasil e no mundo durante a pandemia devido à necessidade desses produtos para a fabricação de vacinas contra a Covid-19. No caso da Coronavac, por exemplo, o insumo era importado da China, deixando o país dependente da disponibilidade da nação asiática para a fabricação dos próprios imunizantes.

Padilha também assinou três parcerias para o desenvolvimento de medicamentos oncológicos para o SUS, em um acordo que pode chegar a R\$ 10 bilhões de investimento do Ministério da Saúde nos próximos dez anos.

O valor será usado para a compra de medicamentos para câncer de mama, pele e leucemia.

-----

*Objetivo é dominar processo de produção para reduzir o preço no país; governo Lula busca diminuir déficit de insumos farmacêuticos*

*Victoria Damasceno*

## A segurança e a inovação de vacinas no Brasil



### TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

O Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 2025 reconheceu contribuições centrais ao crescimento sustentado pelo progresso tecnológico e pela "destruição criativa"; e reacende o debate sobre a soberania nacional na inovação de insumos para a saúde no Brasil e seus impactos na saúde pública, na integração do SUS e no desenvolvimento econômico sustentável do país.

O conceito de "destruição criativa" descreve o processo de renovação econômica impulsionado pela inovação, que substitui tecnologias, práticas e modelos obsoletos. Esse processo gera tensões ao desestruturar setores consolidados e exige mudanças institucionais, organizacionais e culturais. Países e instituições que resistem a esse movimento tendem a perder competitividade internacional.

No Brasil, a Anvisa estabelece normas de qualidade e segurança, enquanto as Comissões de Ética em Pesquisa regulam questões éticas dos estudos em seres humanos. Embora essenciais para proteção da sociedade, esses mecanismos podem ter efeitos co-

laterais no desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos. O desafio é criar um ambiente regulatório mais favorável à inovação, com regulações adaptativas que agilizem processos sem comprometer a segurança e a ética.

Como exemplo, a regulação de vacinas evidencia uma assimetria que penaliza empresas de menor porte, startups e institutos científicos e tecnológicos, grandes responsáveis pelas inovações disruptivas.

Exigências excessivas e morosidade regulatória afetam a competitividade das inovações nacionais e favorecem grandes empresas internacionais. Dos 55 estudos clínicos de vacinas autorizados pela Anvisa a partir de 2009 (Consulta Anvisa), apenas 1 corresponde a vacina concebida, desenvolvida e testada pela primeira vez em humanos no Brasil.

Todos os outros imunizantes foram autorizados por agências regulatórias no exterior e testados previamente fora do país. Ademais, ao se basearem em parâmetros regulatórios ancorados em vacinas já existentes, as orientações dessas agências, assim como as da Organização Mundial da Saúde, nem sempre são adequadas para produtos inovadores e acabam protegendo mercados já estabelecidos. Além disso, as fábricas nacionais priorizam a **transferência de tecnologia** ou a aquisição de vacinas de grandes farmacêuticas internacionais para o repasse ao Ministério da Saúde.

Ainda que esse arcabouço acelere a produção, reduza os riscos regulatórios e do investimento inicial, ele favorece inovações externas em detrimento do desenvolvimento de vacinas originais, limitando a capacidade nacional de inovação disruptiva. Perpetua-se a dependência tecnológica e restringe-se a capacidade nacional de promover a "destruição criativa" necessária ao avanço de um ecossistema autônomo de inovação. A pandemia de Covid-19 evidenciou a importância da soberania no desenvolvimento de insumos para a saúde. Além disso, há um grande débito com populações negligenciadas, afetadas por doenças fora do interesse das grandes farmacêuticas. Nesse contexto, os ministérios da Ciên-

cia, Tecnologia e Inovação e da Saúde desempenham papel central como formuladores de políticas de inovação e promotores da soberania tecnológica.

Eles ampliaram, recentemente, programas de financiamento da inovação na área da saúde, como o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis), PDIL, Inovação Saúde da **Finep** e Embrapii.

Contudo, o êxito dessas iniciativas depende da etapa regulatória final, que viabiliza o avanço para os ensaios clínicos e o registro de novos produtos. É, portanto, imprescindível priorizar a ciência brasileira e modernizar o sistema regulatório, com prazos mais claros, critérios objetivos e maior flexibilidade institucional, assegurando a proteção da população sem sufocar o potencial transformador da inovação nacional.

Nesse contexto, a recente aprovação da lei 14.874/2025, que moderniza a ética em pesquisa segundo padrões internacionais, bem como a criação do Comitê de Acompanhamento Regulató-

rio da Inovação em Saúde no âmbito da Anvisa, renovam as expectativas de que o Brasil assuma um papel de maior protagonismo global na inovação em saúde.

Ricardo Gazzinelli (coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas UFMG/Fiocruz); Helton Santiago (diretor clínico do Centro de Tecnologia de Vacinas UFMG); Marcelo Morales (Instituto de Biofísica UFRJ); João Balsta Calixto (diretor do Centro de Inovação e Estudos Pré-Clínicos); Jorge Kalil (Instituto do Coração USP)

-----  
<i>Desafio é criar ambiente regulatório favorável, com modelos adaptativos que agilizem processos de forma ética; proteger não significa retroceder

folha.com tendencias debates Ogrupofolha.com.br

</i>



## Fim da patente do Ozempic pode abrir caminho para genéricos no Brasil



O futuro de um dos medicamentos mais populares dos últimos anos no Brasil pode estar prestes a mudar. A semaglutida, princípio ativo presente em fármacos amplamente utilizados no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade, teve sua exclusividade comercial colocada em xeque após uma decisão judicial que pode acelerar a chegada de versões genéricas ao mercado nacional.

A discussão gira em torno da patente da substância, registrada no país pela farmacêutica Novo Nordisk. Segundo entendimento mantido pelo Superior Tribunal de Justiça, o prazo de proteção deve seguir a regra geral da legislação brasileira, abrindo espaço para o fim da exclusividade já em março de 2026.

Como funciona a regra das patentes no Brasil

No Brasil, a Lei de **Propriedade Industrial** estabelece que uma **patente** tem validade de 20 anos a partir da data do depósito do pedido, e não da concessão final. No caso da semaglutida, o registro foi solicitado em 2006, o que fixa o encerramento da proteção para 2026.

A farmacêutica argumentou que a demora administrativa na análise do pedido deveria justificar uma extensão do prazo. No entanto, tanto o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** quanto o STJ mantiveram o entendimento de que o marco legal é o depósito inicial, independentemente do tempo de tramitação.

Com isso, a empresa poderá continuar vendendo seus produtos, mas sem exclusividade sobre a fórmula, permitindo que outros laboratórios produzam medicamentos com o mesmo princípio ativo.

### O que muda com a chegada dos genéricos

O fim da patente costuma ter impacto direto no preço dos medicamentos. Com a entrada de genéricos e similares, ocorre maior concorrência, o que tende a reduzir custos e ampliar o acesso da população.

No caso da semaglutida, esse movimento pode ser especialmente relevante, já que o tratamento tem custo elevado e uso prolongado. A possibilidade de versões mais baratas também levanta a expectativa de incorporação futura ao Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Saúde, ampliando o alcance do tratamento para diabetes e obesidade.

### Debate entre acesso e inovação

Apesar do impacto positivo esperado para os pacientes, o tema também mobiliza o setor farmacêutico e o Congresso Nacional. Há projetos de lei em discussão que propõem prorrogação automática da patente em casos de atraso na concessão que não sejam atribuídos à empresa solicitante.

A proposta busca proteger investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento, que costumam envolver altos custos e longos períodos de estudo. Por outro lado, críticos apontam que extensões automáticas podem atrasar a entrada de genéricos e manter preços elevados por mais tempo.

### O que esperar ainda em 2026

Se não houver mudanças na legislação ou novas decisões judiciais, o cenário mais provável é a abertura do mercado brasileiro para genéricos de semaglutida ainda em 2026. Esse movimento tende a beneficiar pacientes, profissionais de saúde e o sistema público, ao mesmo tempo em que redefine a dinâmica de um dos mercados mais aquecidos da indústria farmacêutica.

O caso ilustra um dilema recorrente na saúde: equilibrar o estímulo à inovação com o direito ao acesso a medicamentos essenciais. A decisão final terá impacto direto não apenas nos preços, mas também nas políticas públicas de tratamento nos próximos anos.

## Perda da patente da polilaminina motiva projeto "Lei Tatiana Sampaio"



Inspirado na pesquisadora Tatiana Sampaio, projeto de lei da Enfermeira Ana Paula visa proteger inovações brasileiras no exterior e evitar prejuízos.

A trajetória da pesquisadora e professora da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), Tatiana Sampaio, ganhou repercussão nacional após a divulgação de estudos conduzidos ao longo de 25 anos sobre a proteína polilaminina. A substância é apontada como base para um tratamento experimental voltado a pessoas com lesões medulares. Paralelamente ao avanço científico, entretanto, o caso trouxe à tona a perda da patente internacional da descoberta, que deixou de ser registrada no exterior há cerca de uma década por falta de repasse de recursos à UFRJ.

Diante desse episódio, a deputada federal Enfermeira Ana Paula (Podemos-CE) apresentou o projeto de lei 732/2026, que cria o Programa Nacional de Soberania da **Propriedade Intelectual** (PNSPI) e institui o Fundo de Investimento em Patentes Internacionais (FIPI).

O projeto de lei propõe fundo de R\$ 2,5 bilhões para evitar que pesquisas brasileiras percam patentes internacionais. Reprodução/ND Mais | Arte Congresso em Foco

A proposta prevê um orçamento anual de até R\$2,5 bilhões para financiar o depósito e a manutenção de patentes brasileiras fora do país, com recursos provenientes de fontes privadas, emissão de títulos públicos e redirecionamento de fundos já existen-

tes, sem criação de novos tributos.

Ao justificar a iniciativa, a parlamentar apontou para a necessidade de criar um modelo sustentável de financiamento que impeça a perda de patentes brasileiras no exterior.

Dados do Banco Central (BC) indicam que o Brasil paga entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões por ano ao exterior pelo uso de marcas, patentes e tecnologias. Segundo a deputada, o cenário evidencia a urgência de ampliar a proteção internacional de inovações desenvolvidas no país.

### Fundo de Investimento e recursos

O FIPI foi estruturado como fundo rotativo. Patentes financiadas que obtenham retorno comercial deverão repassar parte dos ganhos ao próprio fundo, mecanismo descrito como "pay-it-forward".

Entre as fontes previstas de financiamento estão doações empresariais com participação limitada nos lucros, deduções fiscais, percentual de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) provenientes de CIDE-Tecnologia, contribuições sobre receitas de exploração de tecnologias desenvolvidas com recursos públicos e parcela de contratos de parcerias público-privadas que envolvem patentes administrativas.

O texto também determina que 25% dos recursos sejam destinados a Patentes de Impacto Social Imediato, voltadas a áreas como saúde pública, saneamento, acessibilidade e agricultura familiar.

Além disso, propõe a criação do Portal Aberto da Ciência Brasileira, sob gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, para divulgação de projetos financiados e resultados obtidos. O **INPI** deverá ainda publicar um inventário de patentes públicas em risco, e gestores que deixarem de adotar providências para evitar a perda de registros poderão responder por improbidade administrativa.

Outro ponto do projeto é a criação de um mecanismo semelhante a um voucher para custear taxas in-



ternacionais de depósito, com o objetivo de agilizar o processo e evitar a perda de prazos.

# Índice remissivo de assuntos

Entidades .....	3,4
Inovação .....	1,2
Marco regulatório   INPI .....	5,6,7
Patentes .....	1,2,5
Propriedade Industrial .....	5,6,7
Propriedade Intelectual .....	6,7